



**PLENÁRIO DISTRITAL DE  
DIRIGENTES, DELEGADOS, ACTIVISTAS SINDICAIS E MEMBROS DE  
COMISSÕES DE TRABALHADORES**

**RESOLUÇÃO**

Depois de um conjunto de medidas, negociadas entre o governo PS e o PSD, impostas aos trabalhadores e ao nosso povo, consubstanciados no congelamento dos salários e pensões, no aumento do IVA e do IRS, de cortes significativos nas prestações sociais, de cortes no investimento e de ataque às funções sociais do Estado, designadamente no SNS, no Ensino e na Segurança Social, medidas que constam dos PEC's 1 e 2, o governo aprovou novas medidas de austeridade na base das quais se está a elaborar o Orçamento de Estado para 2011.

Indiferente a outras propostas para resolver as dificuldades das finanças públicas, nomeadamente as da CGTP, o governo PS insiste em fazer pagar aos do costume, trabalhadores, reformados, jovens, desempregados, as famílias mais carenciadas do nosso país, a parte maior da factura por erradas opções políticas e económicas.

As medidas do PEC 3, abrangem cortes salariais, congelamento das pensões, despedimento de trabalhadores precários, redução da despesa com a protecção social e com o SNS, cortes no investimento público e novo agravamento do IVA e do IRS.

Considerando que se pretende:

- Atacar de forma brutal os rendimentos dos trabalhadores portugueses, reduzir os salários dos trabalhadores da Administração Pública, dos institutos públicos, das entidades reguladoras e das empresas públicas, e que os patrões pretendem tomar iniciativas semelhantes;
- Não respeitar o acordo de 2006 sobre a actualização do Salário Mínimo Nacional para 500 euros em 2011;
- Congelar todas as pensões de velhice, incluindo as mínimas e a pensão social, de sobrevivência, de invalidez e de doenças profissionais dos sectores público e privado;
- Congelar todas as promoções e progressões na Função Pública, abrangendo 690 mil trabalhadores;
- Congelar as admissões e reduzir o número de contratos, aumentando o número dos desempregados;
- Reduzir as despesas no âmbito do SNS, nomeadamente com medicamentos e meios complementares de diagnóstico, afectando a população em geral e em particular os reformados;
- Reduzir os encargos na ADSE, aumentando os encargos na saúde, consultas, exames e medicamentos;
- Reduzir em 20% as despesas com Rendimento Social de Inserção;

- Eliminar o aumento extraordinário de 25% do abono de família nos 1º e 2º escalões e eliminar os 4º e 5º;
- Reduzir transferências do Estado para o ensino e autarquias;
- Reduzir despesas no âmbito do PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central);
- Reduzir as despesas com indemnizações compensatórias e subsídios às empresas, designadamente às que prestam serviços sociais, como o transporte de passageiros;
- Reduzir os limites das deduções à colecta no IRS, designadamente nos campos da saúde e da educação;
- Aumentar a taxa normal do IVA de 21 para 23%;
- Rever as tabelas do código do IVA;
- Aumentar em 1 ponto percentual a contribuição dos trabalhadores para a Caixa Geral de Aposentações (reduzindo em 1% os seus salários);
- Rever o sistema geral de taxas, multas e penalidades no sentido da subida dos seus valores;
- Aumentar as taxas em vários serviços públicos, nomeadamente nos sectores da justiça e da Administração pública;
- Considerando ainda que deste conjunto de medidas não há nenhuma família portuguesa que não seja duramente atingida por todas ou algumas delas, designadamente as famílias de mais baixos recursos.

Os trabalhadores, Dirigentes, Delegados, Activistas Sindicais e Membros de CT's presentes neste Plenário Distrital, decidem:

1. Empenhar-se profundamente em todas as tarefas de divulgação da Greve Geral, nomeadamente na distribuição e afixação dos materiais de propaganda;
2. Envolver-se com todas as suas energias na informação, esclarecimento e mobilização, estudando os melhores argumentos para convencimento de todos os trabalhadores nas suas empresas, serviços e locais de trabalho;
3. Empenhar-se na criação de Comissões de Greve nas empresas, serviços e locais de trabalho, avançando imediatamente no contacto com outros representantes dos trabalhadores e também com trabalhadores que não pertencendo às estruturas, estão com a Greve Geral e podem ser uma boa ajuda no trabalho de mobilização e dinamização da Greve Geral;
4. Trabalhar activamente para que a Greve Geral de 24 de Novembro fique na história da luta dos trabalhadores portugueses como uma Grande Greve Geral.

Porto, 14/Out./2010

O Plenário Distrital